

UMA MUDANÇA RADICAL



Tanto ao nível desportivo como ao nível de apoios, Seabra defende uma maior transparência e fiscalização

Fernando Seara, orador convidado no âmbito do "Porto Santo XXI, Ideias e Debates", referiu ontem na Ilha Dourada que as formas de apoio do Estado ao desporto não resultam apenas da Lei de Bases do Desporto que está em vigor e que precisa de ser concretizada, mas que as normas fundamentais nesse âmbito são originárias de um diploma de 1991 sobre os contratos programa de desenvolvimento desportivo.

Este permite, segundo Seara, certos mecanismos, desde que estejam devidamente identificados, o apoio às múltiplas actividades desportivas. O que significa dizer: Ao desporto não profissional e em alguns aspectos, desde que não haja impedimentos, ao desporto profissional. Agora, referiu, «exige-se contratos programa de desenvolvimento desportivo com a natureza e densificação daí resultante».

Sobre a questão que envolve o Tribunal de Contas, o Governo Regional e o Instituto do Desporto, Fernando Seara pese embora não tenha tido acesso ao relatório, mas pelo que leu na Comunicação Social, disse que não acredita que haja uma consagração de impossibilidade por parte do TC.

Quanto ao modelo de apoios desportivos, o também presidente da Câmara Municipal de Sintra, defende o modelo de apoio utilizado pela Região, aliás, como argumentou ser, «um modelo muito similar ao utilizado na edilidade a que presido».

Um projecto fundamentado num plano de apoio ao movimento desportivo, com regras próprias e específicas a três níveis. Regras de apoio ao associativismo, com regras quanto às classificações e quanto ao mérito e formas de conquista de lugares. Em segundo, regras de apoio às infra-estruturas desportivas e, depois, programas de apoio para equipamento desportivo móveis, como carrinhas de transportes e outros.

«Um plano que é, como o da Região, assente em regras objectivas e transparentes e que tem mecanismos de fiscalização e acompanhamento embora distintos, mas com um único objectivo.

ARBITRAGEM

Num comentário à actual situação do futebol português e às

prometidas alterações ao regulamento de arbitragem, Fernando Seara referiu, primeiro, que a questão central em Portugal da arbitragem não se resolve apenas por uma alteração normativa, «quer por sorteio puro, sorteio mendigado ou nomeação», porque o problema não está aí. O problema disse: «está nas formas de acesso e de classificação, e isso não se altera num ano».

O que é realmente necessário, avançou «é que a Federação e a Liga cheguem a um consenso sobre os quadros competitivos». Uma mudança radical que tem de acontecer, em razão da necessidade de dar capacidade de progressão competitiva que não acabe apenas nos juniores.

Não me obriguem a falar..

O déficit português é “uma tia solteira”. Foi assim que Fernando Seara classificou o estado caótico das finanças portuguesas. E disse mesmo, «não me obriguem a falar sobre contas». O presidente apontou mesmo o dedo ao Governo central cujo investimento na área da sua jurisdição foi nula, daí não admitir como foi avançado por alguns especialistas, que se diga que as Câmaras e as regiões autónomas, sejam um factor associado ao crescimento do déficit.

Sobre as palavras de Alberto João Jardim, que disse que o déficit é uma acumulação de erros que vêm desde a era Cavaco, este vai mais longe, preferindo culpar os sucessivos erros que foram cometidos ao longo dos anos. Aliás um problema anterior até aos governos, «que advém de uma questão estrutural, que tem a ver em parte com o atraso da descolonização, da universalização no ensino, da questão das necessidades de saúde e etc».

[Júlio Rodrigues](#)